



1 **APROVAÇÃO 23/06/2022** ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PLENÁRIA DO COMITÊ DA
2 REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES
3 DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ –GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No dia trinta e um de março
4 do ano de dois mil e vinte e dois, quinta-feira às 13h30 por videoconferência, reuniu-se a
5 Plenária do CBH-BG com a seguinte pauta: **1) Aprovação da pauta; 2) Aprovação das**
6 **atas de 15/12/2021, 21/12/2021, 17/01/2022-1 e 17/01/2022-2. 3) Apreciação da**
7 **Resolução do Grupo de Acompanhamento de Infraestrutura Verde do subcomitê**
8 **Oeste; 4) Apreciação da resolução que operacionaliza a utilização da Conta Reserva**
9 **para custeio em situações excepcionais; 5) Apreciação do ressarcimento para**
10 **Marcos Basbaum quanto às despesas decorrentes da elaboração do relatório da**
11 **CTSAM sobre denúncia da Amadarcy; 6) Deliberação sobre o investimento do CBH-**
12 **BG nos projetos de monitoramento propostos pelo INEA; 7) Apreciação do Ofício**
13 **INEA / DISERQ SEI nº15 sobre a continuidade do Contrato de Gestão 02/2017 com**
14 **Agevap; 8) Apreciação da solicitação de instauração de Conselho de Ética; 9)**
15 **Construção e desenvolvimento do Plano de Recursos Hídricos do CBH-BG; 10)**
16 **Reflexões sobre o Projeto de Lei 4546/2021; 11) Informações sobre a atualização do**
17 **Plano de Aplicação Plurianual; 12) Informes das instâncias do CBH-BG; a) Informe**
18 **do GT OGA; b) CTEM 13) Informes Gerais.** A reunião foi iniciada às 14h05. **1)**
19 **Aprovação da pauta:** Christianne Bernardo da Silva questionou se alguém teria alguma
20 inclusão à pauta. Carolina Martins informou que apesar da aprovação do item por e-mail
21 para inclusão na pauta, as informações sobre a atualização do Plano de Aplicação
22 Plurianual – PAP não constavam na convocatória enviada. Houve da inclusão do item
23 pelos presentes. Izidro Arthou pediu a inclusão de um item de pauta. Os presentes
24 aprovaram, então passaram para a discussão deste item. a) Aprovação do recurso para
25 ida de Izidro Arthou para reunião de preparação do ENCOB: Izidro esclareceu que havia
26 recebido a convocatória para participar da 2ª Reunião Ordinária do Colegiado
27 Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil em Foz do
28 Iguaçu nos dias 27 e 28 de abril de 2022, pontuando que uma das pautas seria a
29 preparação do ENCOB, sendo assim necessária a sua presença, solicitando que houvesse
30 a aprovação do CBH-BG de sua participação e o custeio das despesas. Os presentes
31 concordaram com o pedido. Christianne solicitou que o custeio saia das Ações de
32 Diretoria. **2) Aprovação das atas de 15/12/2021, 21/12/2021, 17/01/2022-1 e 17/01/2022-**
33 **2:** Carolina falou sobre os pedidos de correção recebidos, que não alteravam o sentido do
34 disposto nas atas e afirmou que já havia atendido ao que foi solicitado. As atas foram
35 aprovadas pelos presentes. **3) Apreciação da Resolução do Grupo de**
36 **Acompanhamento de Infraestrutura Verde do subcomitê Oeste:** Christianne
37 questionou se Halphy Rodrigues iria conduzir a apresentação do item. Halphy indicou ser
38 importante a leitura dos membros do grupo, esclarecendo que o restante seguia o formato
39 padrão das resoluções. Os membros serão: a) 01 (um) representante da Associação
40 Ecocidade; b) 01 (um) representante da Defensores do Planeta; c) 1 (um) representante da

41 Universidade Iguazu; d) 1 (um) representante da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu; e) 1
42 (um) representante do INEA (Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e
43 Ecossistemas); f) 1 (um) representante do Instituto Chico Mendes (ICMBio) – NGI
44 Teresópolis; g) 1 (um) representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária,
45 Pesca e Abastecimento – SEAPPA/EMATER – Rio; h) 1 (um) representante do Inmetro; i)
46 1 (um) representante da Associação dos Pequenos Produtores da Vala Preta. Foi
47 ressaltado que o gestor do contrato da secretaria executiva também poderá acompanhar a
48 reunião, tendo direito a fala, mas não a voto. **4) Apreciação da resolução que**
49 **operacionaliza a utilização da Conta Reserva para custeio em situações**
50 **excepcionais:** Halphy solicitou que Ana Costa realizasse a mesma contextualização
51 realizada na CTIL sobre o item. Ana falou sobre o atraso do repasse que já aconteceu, que
52 resultou na criação da conta reserva, pela resolução CBH-BG nº088/2020 e que foi
53 solicitado pelo CERHI-RJ uma resolução para normatização da utilização da conta reserva,
54 ressaltando que isto já foi feito em outros comitês atendidos pela Agevap. Halphy falou que
55 o tema é complexo, sendo feita somente uma alteração em que a deliberação será do
56 Plenário do CBH-BG, não somente da Diretoria Colegiada. Eloísa Torres questionou como
57 seria o funcionamento desta conta reserva. José Paulo Azevedo questionou se poderia ser
58 feita de forma generalizada, sem especificar a Delegatária. Foi feita a leitura da resolução
59 proposta. Christianne esclareceu que entende que a vinculação à Delegatária é necessária
60 para gerar os direitos e obrigações. Maria Lobo disse que não entende que seja o correto
61 que seja criado um fundo de reserva para todos os atrasos de repasse. Izidro informou que
62 acredita que seria necessária uma reserva técnica. Eloísa Torres disse não concordar com
63 o Art. 2º que trazia que as ações judiciais seriam pagas com este recurso. Halphy
64 concordou que seria interessante especificar as ações judiciais. Christianne sugeriu que
65 sejam exemplificadas as situações, mas não esgotadas, ressaltando que acredita que o
66 mais importante é que o Plenário é quem decidirá o que é situação extrema ou não que
67 autorizaria a utilização deste recurso. Ana informou o INEA vem solicitando uma previsão
68 desta resolução. Moema Versiani Acselrad esclareceu que é importante a aprovação e que
69 isso resguarda o funcionamento do comitê em casos de indisponibilidade de recurso,
70 pontuando que as ações judiciais também poderiam ser de origem trabalhista e
71 recomendou que o comitê amadureça a resolução caso não se sintam preparados para
72 aprovação no momento. Halphy disse entender que estava sendo atacada a
73 indisponibilidade do recurso. Adriana Bocaiuva disse que o risco não é do comitê, que isto
74 deve ser previsto no orçamento da Delegatária. Izidro informou que acredita que seria
75 interessante estabelecer um valor máximo para esta conta. Christianne sugeriu que fosse
76 feita uma votação para definir o que seria realizado. Os presentes decidiram analisar
77 posteriormente a resolução, após nova verificação da CTIL. **5) Apreciação do**
78 **ressarcimento para Marcos Basbaum quanto às despesas decorrentes da**
79 **elaboração do relatório da CTSAM sobre denúncia da Amadarcy:** Christianne realizou
80 a contextualização do item, falando sobre a denúncia da Amadarcy, pontuando que a

81 Diretoria Colegiada encaminhou para a CTSAM o assunto, solicitando que fosse verificada
82 a denúncia. Christianne recordou que o ressarcimento é previsto em resolução e depende
83 de aprovação em Plenária. Marcos Basbaum informou que encarou como uma perícia,
84 desenvolvendo um laudo, assim foram necessárias 3 visitas ao local e a impressão de
85 documentos, pontuando que reside no Rio de Janeiro e a denúncia era em Itaipu, em
86 Niterói. Foi informado pela caixa de diálogo que o valor seria de R\$ 409,00. Flávia Lanari
87 disse que gostaria de esclarecer como se daria essa situação, pois o GT Chorume
88 realizava visitas e não solicitava reembolso e entendia que a situação abriu precedente.
89 José Paulo disse concordar com o reembolso solicitado, mas disse acreditar ser importante
90 se estabelecer critérios. Marcos afirmou estar surpreso com o apontamento da Flávia, pois
91 o trabalho ao comitê é gratuito, mas que entende que quando o trabalho gera despesas,
92 isto deveria ser ressarcido, senão será pagar para trabalhar. Christianne disse concordar
93 com o reembolso e que devem ser criados critérios para o ressarcimento. Izidro recordou
94 que isto poderia ter sido solicitado de forma prévia, pontuando é importante que seja
95 seguida uma sequência. Christianne questionou se os presentes concordavam com o
96 ressarcimento dos gastos. Ana informou que há uma resolução de custeio e reembolso,
97 mas que os casos omissos são aprovados pelo Plenário. Os presentes concordavam com
98 o ressarcimento das despesas. Marcos pontuou que as informações já haviam sido
99 passadas de forma detalhada para a Diretoria Colegiada, com cópia para a secretaria
100 executiva, mas só no momento foi possível inserir o item para discussão em Plenária. **6)**
101 **Deliberação sobre o investimento do CBH-BG nos projetos de monitoramento**
102 **propostos pelo INEA:** André Leone se apresentou e informou que apresentaria o item.
103 José Paulo falou que acreditava que era importante levar antes aos subcomitês.
104 Christianne solicitou que fosse feita a apresentação do item e posteriormente fossem feitas
105 as perguntas. André apresentou primeiramente o projeto sobre vírus entéricos na água,
106 dizendo que a ideia era avaliar o rotavírus e adenovírus em 20 pontos de coleta de forma
107 trimestral, o investimento seria de R\$ 250.000,00 e 24 meses de execução. André passou
108 então para apresentação do projeto de monitoramento por satélite das florações algais
109 nocivas (FANs), que seria a validação de uma metodologia, associação o monitoramento
110 tradicional ao acompanhamento por satélite, detectando mais facilmente. A proposta seria
111 de frequência variável, por 24 meses e investimento total de R\$ 144.000,00. André
112 apresentou o projeto de monitoramento dos contaminantes emergentes, apontando que
113 esta é uma tendência moderna de monitoramento, trazendo que é feita proposta de pontos
114 variados entre a região hidrográfica, sugerindo 20 pontos de coleta de forma semestral,
115 com investimento necessário no valor de R\$ 308.000,00. André também apresentou a
116 avaliação da carne do pescado, que seria uma continuação do projeto anterior, informando
117 que seriam avaliados metais e outros tipos de contaminantes. A análise seria em 10
118 espécies variadas na área Baía de Guanabara e 3 espécies em cada um dos subcomitês
119 lagunares. O investimento seria de R\$ 268.900,00. Por fim, André disse que foi incluído o
120 projeto de ampliação do monitoramento sistemático da qualidade da água, trazendo que a

121 ideia seria a ampliação dos pontos ou das frequências nos pontos já monitorados. André
122 esclareceu que alguns pontos da Região Hidrográfica V não foram contemplados,
123 apresentando também os parâmetros que seriam utilizados, com frequência variada entre
124 trimestral e semestral dependendo do parâmetro, com investimento de R\$ 253.000,00.
125 André apresentou que todos os projetos totalizariam o investimento de R\$ 1.223.900,00,
126 que poderiam ser divididos entre os programas de monitoramento e pesquisa, enfatizando
127 que o CBH-BG possui estes recursos disponíveis. André informou que seria necessário
128 também o R\$ 64.800,00 para aluguel de viatura para 12 campanhas. Christianne
129 questionou se alguém era contrário à aprovação do projeto. José Paulo informou que
130 gostaria isto fosse levado ao subcomitê antes. Foi aprovado por maioria a disponibilização
131 do recurso para os projetos solicitados, sendo consultados os subcomitês sobre as áreas
132 em que deve acontecer o monitoramento. Helio Vanderlei agradeceu pelo trabalho
133 desenvolvido pela equipe técnica do INEA e pela deliberação do CBH-BG. **7) Apreciação**
134 **do Ofício INEA / DISERQ SEI nº15 sobre a continuidade do Contrato de Gestão**
135 **02/2017 com Agevap:** Christianne contextualizou que foi recebido um ofício do INEA
136 sobre a continuação do Contrato de Gestão, pontuando que a Diretoria Colegiada
137 convocou uma reunião ampliada de Diretoria e foi estabelecido que não eram contra a
138 continuidade do contrato, mas que acreditavam que esta seria uma oportunidade de
139 melhoria do contrato. Jacqueline falou que houve a proposta que fosse levado ao comitê
140 melhor compreensão do papel do comitê e do Grupo de Acompanhamento, pontuando que
141 muitas solicitações de melhoria já foram apresentadas e que sempre que há o retorno, isto
142 é inserido nos relatórios do GACG, que são aprovados em Plenárias. Jacqueline solicitou
143 que fosse projetada a apresentação realizada, falando rapidamente do que trazia o
144 documento e dos encaminhamentos elaborados até então. Jacqueline sugeriu que seja
145 feita uma reflexão coletiva sobre a forma que estes encaminhamentos estão sendo
146 atendidos pela Entidade Delegatária. Jacqueline solicitou que fosse apreciado pela
147 plenária este percurso metodológico para continuidade do trabalho. Christianne esclareceu
148 que o objetivo desta apresentação é esclarecer o que é o contrato e o que se espera para
149 que os membros do CBH-BG possam apontar se desejam continuar ou não com o contrato
150 com a Delegatária. Jacqueline ressaltou a importância de uma apropriação coletiva e
151 enfatizou que este trabalho não é de uma pessoa específica, mas do GACG. Eloísa disse
152 não estar satisfeita com o atendimento e a gestão da Delegatária, querendo entender quais
153 as alternativas caso não se renove com a Agevap. Christianne informou que isto não seria
154 debatido hoje, mas os subcomitês poderiam entrar nessa discussão posteriormente. Foi
155 aprovado o encaminhamento de que os subcomitês debatam o contrato de gestão. **8)**
156 **Apreciação da solicitação de instauração de Conselho de Ética:** Christianne informou
157 que foi recebido um pedido de instauração de Conselho de Ética por Mauro Pereira e,
158 conforme a resolução nº100, seriam expostos os fatos e realizada uma votação para
159 verificar se o Conselho seria ou não instaurado. Foi realizada a leitura do documento de
160 solicitação. José Paulo questionou como funciona a gradação das punições e se

161 primeiramente o assunto não deveria ser discutido no subcomitê. Christianne elucidou que
162 em virtude da denúncia ter sido recebida pela Diretoria Colegiada, o assunto foi tratado em
163 Plenária do CBH-BG, já que o momento de resolução no subcomitê já havia passado. José
164 Paulo questionou o motivo de terem pedido retirada da pauta do assunto no âmbito do
165 subcomitê. Christianne alertou que ela pediu a retirada para não causar constrangimento
166 ao denunciante. Halphy corroborou completando que dado o envolvimento do coordenador
167 do subcomitê e o pedido do membro, a instância correta a tratar do assunto seria o CBH-
168 BG. Izidro alertou que percebe uma dificuldade do grupo trabalhar como um colegiado e
169 que acredita que o mais importante é se discutir os problemas reais dos recursos hídricos
170 e não criar problemas internos entre o comitê. Christianne pontuou que acredita que os
171 problemas vão além do ego e que a pessoa que chega ao ponto de denunciar com certeza
172 faz isso por estar numa situação muito desconfortável. Maria Teresa Gouveia informou que
173 não entraria no mérito e que solicitava a retirada do seu nome como representante do
174 CRBio, pontuando que faria o relato em reunião do Conselho de Biologia. Mauro informou
175 que em todos seus anos atuando na defesa do meio ambiente nunca precisou chegar a
176 este ponto, afirmou que sofreu assédio moral na realização de seu trabalho voluntário,
177 contextualizando que tentou o diálogo para que não fosse necessário chegar a esta
178 situação. Elane Carvalho afirmou considerar que pelo horário avançado da reunião não
179 seria o ideal tomar uma decisão tão séria nesse momento e completou sua fala pontuando
180 que considera que não imparcialidade nas decisões. Nelson Reis desculpou-se com todos
181 e disse estar na reunião com o objetivo de apaziguamento, afirmando o momento é muito
182 complexo e que exige respeito ao ponto de vista e que seu ponto de vista era como
183 presidente da OMA-Brasil. Halphy sugeriu que fosse realizada uma votação verificando
184 pela instauração, não instauração ou adiamento da instauração. Maria Teresa questionou
185 se faria sentido continuar com o Conselho de Ética mesmo que ela se retirasse, sendo
186 afirmado por Christianne que sim, exemplificando que isto inclusive já ocorreu antes. Foi
187 aberto o processo de votação. Carolina informou que 2 votos não haviam sido
188 contabilizados em razão de serem de membros suplentes de titulares presentes,
189 totalizando assim 5 votos pela instauração e 6 votos pela não instauração. Ana alertou que
190 Tamara Fernandes realizou seu voto pelo chat e se retirou da reunião, votando pela
191 instauração do Conselho de Ética, assim a votação teve um empate. José Paulo afirmou
192 que o voto foi antes do início da votação. Aduari Souza concordou com José Paulo. Halphy
193 pontuou que deveria ser verificado o que constava na pauta da reunião. Vera Chevalier
194 falou que acreditava que voto deveria ser contabilizado. Aduari afirmou que existe o rito
195 que deve ser respeitado, ou haverá o caos estabelecido. Halphy questionou se o suplente
196 da Tamara estava presente e Carolina afirmou que não. Christianne esclareceu que caso o
197 voto da Tamara fosse computado, haveria um empate. Christianne questionou se seria
198 possível que a Secretaria Executiva verificasse se o voto foi após a abertura da votação.
199 Tamara retornou para a reunião e informou que caso considerassem mais ético poderia
200 mudar seu voto para abstenção, já que perdeu algumas falas. Halphy sugeriu que seja

201 verificado no vídeo o momento que o voto ocorreu e que Christianne poderia deixar seu
202 voto de qualidade, caso o voto fosse considerado e houvesse empate. Os presentes
203 concordaram com o encaminhamento. Os itens restantes não foram discutidos. Foi
204 definido que a reunião deve ser continuada futuramente para conclusão da pauta. A
205 reunião foi encerrada às 19h55.

206

207 CHRISTIANNE BERNARDO DA SILVA

208 **Presidente do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas**
209 **Lagunares de Maricá e Jacarepaguá**

210

211 **Encaminhamentos:**

- 212 1) Izidro Arthou representará o CBH-BG no FNCBH e terá o custeio por meio das Ações
213 de Diretoria.
- 214 2) A CTIL deve realizar a revisão da resolução que operacionaliza a utilização da Conta
215 Reserva para custeio em situações excepcionais.
- 216 3) Será realizado o ressarcimento das despesas de Marcos Basbaum, no valor de R\$
217 409,00.
- 218 4) Haverá a disponibilização do recurso de Monitoramento para os projetos sugeridos
219 pelo INEA, sendo consultados os subcomitês sobre as áreas em que deve acontecer o
220 monitoramento.
- 221 5) Divulgar o aplicativo Partiu Praia e outros meios de monitoramento das águas no site
222 do comitê e nas redes sociais.
- 223 6) Os subcomitês devem se debruçar sobre o contrato de gestão, com auxílio do GACG.
- 224 7) Verificar na gravação o momento de votação de Tamara Fernandes e enviar aos
225 membros do CBH-BG se o voto será ou não computado para instauração do Conselho
226 de Ética.

227

228 Lista de presença:

229 Conselho Regional de Biologia – CRBio – Maria Teresa de Jesus Gouveia; Secretaria de
230 Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS – Tamara Grisólia Fernandes; Instituto
231 Estadual do Ambiente - Luiz Constantino; Anderson Barros - Fundação Instituto de Pesca do
232 Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ; Prefeitura Municipal de Magé – Maria Aparecida
233 Resende; Prefeitura Municipal de Tanguá – Elielson Silva; Zona Oeste Mais Saneamento –
234 Giovanni Viana; Águas de Niterói – Halphy Rodrigues; Associação Comercial e Industrial da
235 Associação Livre de Aquicultura e Pesca de Itaipuaçu – ALAPI - Paulo Cardoso da Silva;
236 Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara – AHOMAR - Edna Araujo.; Movimento
237 Pró-Restinga – Izidro Paes Leme Arthou; Associação de Preservação Ambiental das Lagunas
238 de Maricá – APALMA – Flávia Lanari Coelho; Instituto Federal Fluminense – Elane Carvalho;
239 Associação Ecocidade – José Miguel da Silva; Associação Organização da Sociedade Civil
240 de Interesse Público Mobilidade e Ambiental Brasil – OMA Brasil – José Paulo Azevedo e



241 Jacqueline Guerreiro; Instituto Brasileiro de Direito Ambiental – IBDA – Magno Neves
242 Barbosa; Rede CCAP - Rede de Empreendedores Sociais para o Desenvolvimento
243 Socialmente Justo, Democrático e Sustentável – Rejany Ferreira dos Santos; Associação de
244 Moradores e Amigos – Viva Cosme Velho – Maria da Silveira Lobo e Luciana Falcão;
245 Defensores do Planeta – Mauro Pereira; Associação Projeto Lagoa de Marapendi –
246 Ecomarapendi – Vera Maria de Rossi Chavalier; Associação de Moradores do Alto da Gávea
247 – AMALGA – Adriana Bocaiuva; Instituto Baía de Guanabara – Aauri Souza; 57ª Subseção
248 da Ordem dos Advogados do Brasil – Christianne Bernardo da Silva; Instituto De Estudos Dos
249 Direitos Humanos E Do Meio Ambiente – IEDHMA – Silvana Di Lulio Moreira; Instituto
250 Terrazul – Eloísa Torres; Convidados: CRBio – Marcos Basbaum; Cedae – Jorge Muniz;
251 Cedae – Frederico Menezes Coelho; OMA-Brasil – Nelson Reis; INEA - André Leone, Giselle
252 Costa, Helio Vandelei, Márcio Franco e Moema Versiani Acselrad. Secretaria Executiva
253 (Agevap): Aldemir Gomes, Ana Costa, Carolina Martins e Leandro Guerra.